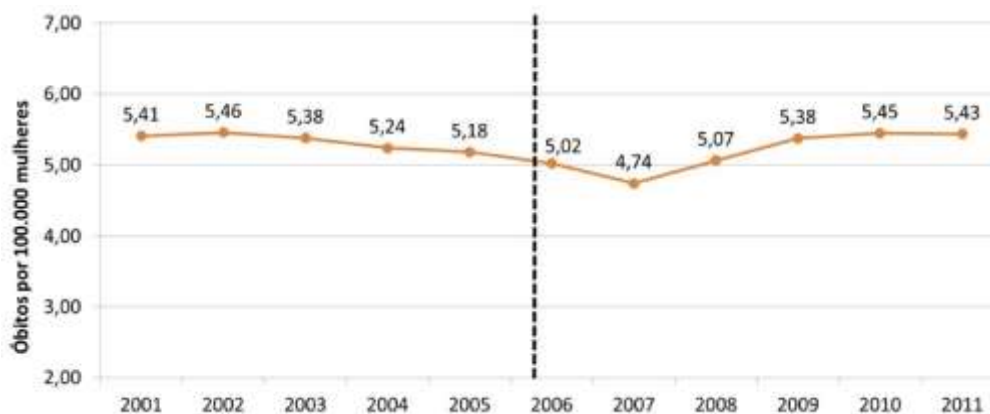
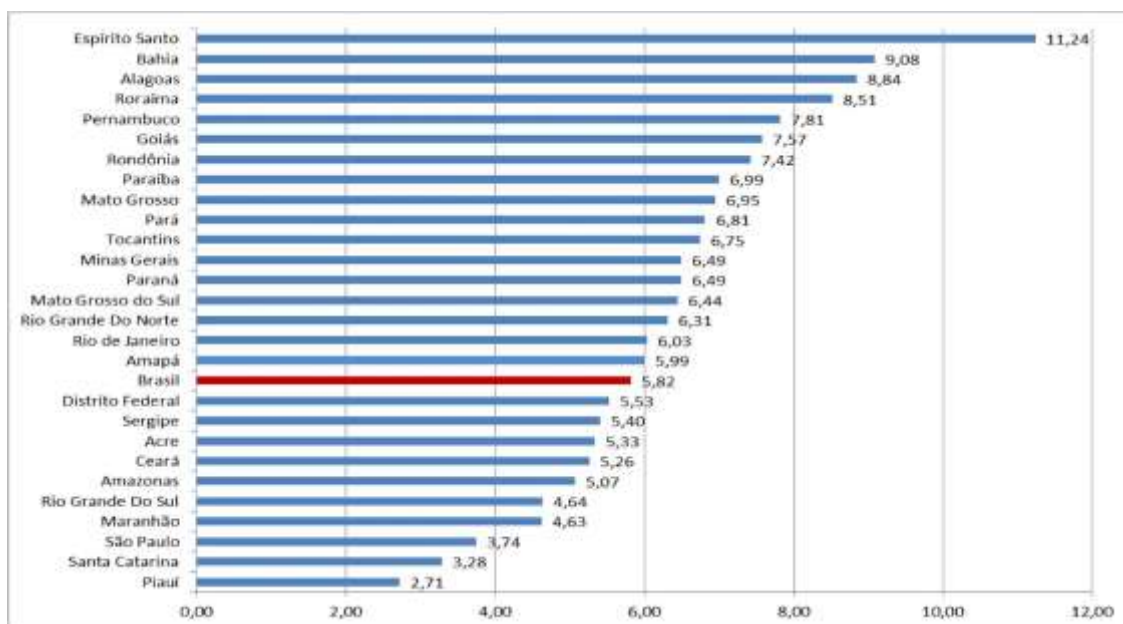
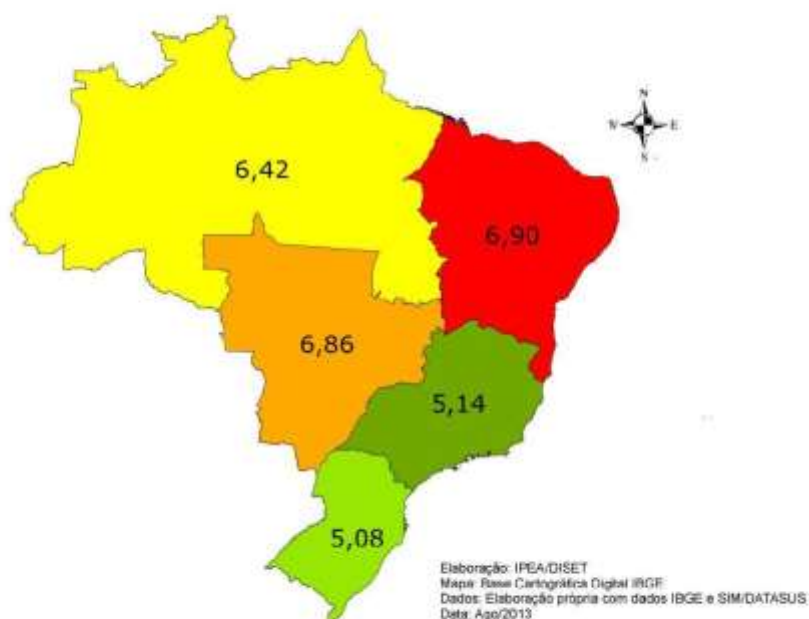


Uma ideia louvável contra a violência doméstica

Para não repetir, pela enésima vez, dados sobre a violência doméstica no país, vale ressaltar apenas uma notícia recente: a Lei n. 11.340/2006 (conhecida por Lei Maria da Penha) não fez qualquer diferença na dimensão do problema do chamado feminicídio (mulheres assassinadas por seus parceiros), o ápice a que se pode chegar em termos de violência no âmbito familiar.

Dados consolidados em 2012 por pesquisadores do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) denotam que, depois de uma pequena baixa, logo em seguida à promulgação da lei, os números voltaram a seu “patamar normal”. No Brasil, no período de 2001 a 2011, estima-se que ocorreram mais de 50 mil feminicídios – o equivalente a 5.000 mortes por ano, aproximadamente, como indicam os quadros abaixo:





Taxa por 100 mil mulheres (2009-2011)

Os resultados da pesquisa demonstraram ainda que, especificamente no período de 2009 a 2011, foram estimadas, em média, 5.664 mortes a cada ano, 472 a cada mês, 15,52 a cada dia, ou uma a cada hora e meia.

As regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte apresentaram os índices de feminicídios mais elevados. O Estado do Espírito Santo contabilizou a taxa mais

alta e o Estado do Piauí a mais baixa (11,24 e 2,71, respectivamente). Quanto à idade, as mulheres jovens foram as principais vítimas: 31% estavam na faixa etária de 20 a 29 anos e 23% de 30 a 39 anos. A maior parte tinha baixa escolaridade: 48% das vítimas com 15 ou mais anos de idade tinham até oito anos de estudo.

Metade dos homicídios ocorreu por uso de armas de fogo e 34% por uso de instrumento perfurante, cortante ou contundente. Enforcamento ou sufocação foi registrado em 6% dos feminicídios. Maus tratos – incluindo agressão por meio de força corporal, força física, violência sexual, negligência, abandono e síndromes semelhantes (abuso sexual, crueldade mental e tortura) – foram registrados em 3% dos óbitos. Cerca de 60% dos óbitos foram de mulheres negras, as principais vítimas em todas as regiões, exceto a Região Sul, merecendo destaque a elevada proporção de óbitos de mulheres negras no Nordeste (87%) e Norte (83%) do país.

Cerca de 30% dos assassinatos ocorreram no domicílio da vítima, 31% em via pública e 25% em hospital ou estabelecimento semelhante; no que tange ao momento do crime, 36% ocorreram aos finais de semana, tendo os domingos concentrado 19% das mortes. Ressaltou-se, nas considerações finais da pesquisa, que o estudo realizado se concentrou tão somente nos óbitos e que até mesmo a obtenção de informações acuradas sobre dados neste campo constitui grande dificuldade, e não somente no Brasil.¹

Embora a dimensão apontada, por si só, seja assustadora, bem se sabe que a violência doméstica compreende amplíssima gama de atos, desde a simples agressão verbal a formas elaboradas de abuso emocional, desde a violência física ou sexual até a morte intencional da mulher. Os feminicídios foram então comparados à “ponta do iceberg”, cujo “lado submerso” esconde o universo de violências não declaradas, da violência rotineira e cotidiana contra as mulheres no espaço doméstico.

¹ L. P. GARCIA *et alii*. *Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil*. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf, acesso em 15 fev. 2014.

Pierre Bourdieu é um dos autores que ressaltam que “a unidade doméstica é um dos lugares em que a dominação masculina se manifesta de maneira mais indiscutível” e “não só através do recurso à violência física”; por outro lado, Bourdieu acredita que o princípio de perpetuação das relações de força materiais e simbólicas que ali se exercem está “essencialmente fora daquela unidade, em instâncias como a Igreja, a Escola ou o Estado”.²

Muito foi feito: a conquista formal da igualdade de direitos, tanto na sociedade como na família, a lei que conduz a uma proteção especial em favor das mulheres, as delegacias da mulher, a garantia de quotas políticas etc., se foram aquisições na órbita indicada, por outro lado ainda surtem efeito mínimo no que se refere a alterar a inferiorização feminina na esfera doméstica.

Só aqui, hoje, parece realmente útil agir para que a dominação masculina feneça. Através de movimentos sociais, políticos, feministas ou não, assistencialistas ou não, reuniões de pais de alunos, clubes, grupos de discussão, entre outros, que sistematicamente denunciem e impeçam a “cumplicidade” objetiva da ordem masculina.³ Nos Estados Unidos, por exemplo, a violência doméstica caiu 64% nos últimos dez anos.⁴ Os três primeiros passos dados lá foram como os nossos: primeiro, a criação de organizações de proteção das mulheres; depois, a mudança das leis, seguida do aumento da visibilidade da injustiça através da publicidade e da propaganda. Mas o quarto passo, que ainda não experimentamos, talvez esteja fazendo toda a diferença.

Uso as palavras de Esta Soler, uma das maiores especialistas no combate à violência doméstica e fundadora da instituição *Futures Without Violence*: “(...) nós estávamos esquecendo um elemento crítico. Então, quarto passo: nós precisávamos engajar os homens. Não poderíamos resolver este problema com 50 por cento da população fora de campo. (...) Uma pesquisa nacional nos disse que os homens se sentiam indiciados, e não convidados, a esta conversa. Então nós nos perguntamos, como podemos incluir os homens? Como podemos fazer com que os homens conversem sobre violência contra mulheres e meninas? E

² P. BOURDIEU. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 138.

³ P. BOURDIEU. Op. cit., p. 139. O A. se refere a ambos os sexos.

⁴ V. a nota seguinte.

um amigo meu me puxou e disse, ‘Você quer que homens conversem sobre violência contra mulheres e meninas. Homens não conversam’. Mas, disse ele, ‘Você sabe o que eles fazem? Eles conversam com seus filhos. Eles conversam com os filhos como pais, como treinadores’”.⁵

Cada povo tem a sua cultura e a sua maneira de agir.⁶ Precisamos encontrar a nossa maneira de envolver os homens nesta luta.

Maria Celina BODIN DE MORAES

Como citar: BODIN DE MORAES, Maria Celina. Uma ideia louvável contra a violência doméstica. Editorial. **Civilistica.com**. Rio de Janeiro, a. 2, n. 4, out.-dez./2013. Disponível em: <<http://civilistica.com/uma-ideia-louvavel-contr-a-violencia-domestica/>>. Data de acesso.

⁵ No original: “(...) *we were still missing a critical element. So, step four: We needed to engage men. We couldn't solve this problem with 50 percent of the population on the sidelines. (...) National polling told us that men felt indicted and not invited into this conversation. So we wondered, how can we include men? How can we get men to talk about violence against women and girls? And a male friend of mine pulled me aside and he said, 'You want men to talk about violence against women and girls. Men don't talk'. (...) But he said, 'Do you know what they do do? They do talk to their kids. They talk to their kids as parents, as coaches'.* A palestra de Esta Soler, intitulada “Como virar o jogo da violência doméstica”, está na seção de vídeos deste número da civilistica.com, com legendas em algumas línguas, embora não ainda em português.

⁶ Indico aqui algumas instituições que precisam de voluntários, doações, ou simplesmente se dedicam à causa: i) Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude (www.asbrad.com.br); ii) Centro de Referência das Mulheres da Maré (<http://www.nepp-dh.ufrj.br/crmm/index.html>); iii) ONU MULHER (<http://www.unwomen.org/es>), esta última recém lançada.